

Falta de quórum impede a votação do regimento interno da Constituinte



Ulysses Guimarães preside a sessão de reabertura do Congresso constituinte

Da Sucursal de Brasília

Por falta de quórum as alterações no regimento interno do Congresso constituinte não puderam ser votadas ontem. Apenas 137 parlamentares compareceram à sessão de reabertura dos trabalhos do Congresso constituinte. Os oradores limitaram-se a fazer discursos: os de "esquerda" condenaram o Centrão, cujos representantes presentes preferiram se calar; Adroaldo Streck (PDT-RS) condenou os gastos com a Ferrovia Norte-Sul; e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) criticou a ação da Polícia Militar do Pará contra garimpeiros de Serra Pelada (PA), na última semana.



O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidiu a sessão por alguns minutos e desceu ao plenário para cumprimentar o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), de cadeira-de-rodas por causa de um desligamento nos músculos da perna direita. No caminho — enquanto José Genoino (SP), vice-líder do PT,

criticava o Centrão—, Ulysses parou por três minutos para conversar com o senador Mário Covas (SP), líder do PMDB no Congresso constituinte. Depois, cumprimentou Cardoso Alves, deu a volta em quatro fileiras de cadeiras e abraçou o deputado Wilson Campos (PMDB-PE). Retirou-se em seguida.

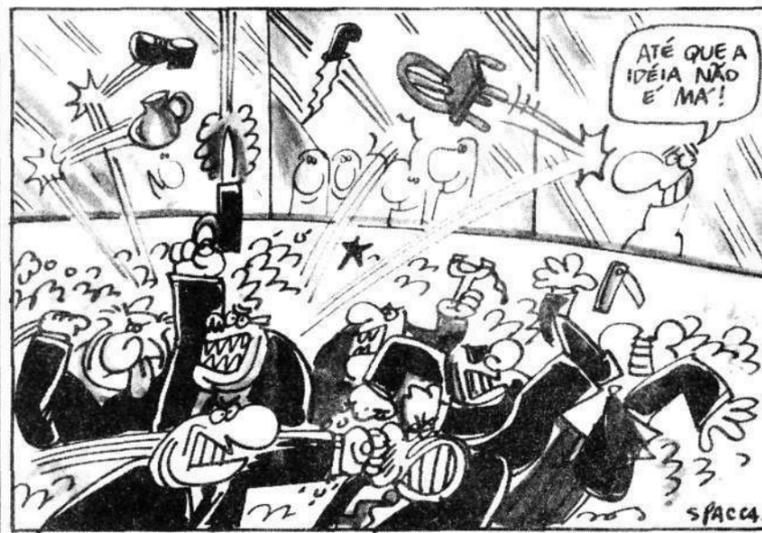
O Congresso constituinte entrou de recesso no último dia 18, após sucessivas tentativas de acordo para aprovação do regimento interno. O acordo não foi possível porque o Centrão estabeleceu como exigência para apresentação de pedidos de destaque o mínimo de 187 assinaturas e a esquerda queria 112, o número de constituintes que normalmente tem votado com ela. Assim, a votação do regimento ficou para janeiro.

Os partidos de "esquerda" vão continuar insistindo na redução do número de assinaturas para a apresentação dos destaques. Os deputados José Genoino (PT-SP), Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Eduardo Bonfim (PC do B-AL) anunciaram ontem que seus partidos mantêm os pedidos de destaque para alteração do regimento, que deverão ser votados, por estarem na frente na ordem-do-dia, antes da proposta do Centrão.

Congresso reforça segurança interna e externa

RITA TAVARES

Da Sucursal de Brasília



Deputado quer painéis de vidro na Assembléia

Da Sucursal de Brasília

O deputado estadual Jurandy Paixão Filho (PMDB) assistiu as manifestações das galerias na votação do dia 3 de dezembro no Congresso constituinte e já decidiu: vai propor a instalação de painéis de vidro "de dois a três metros de altura" para separar o plenário das galerias na Assembléia Legislativa de São Paulo, quando esta estiver discutindo e votando a nova Constituição Estadual, no ano que vem.

Como 1º secretário da Mesa da Assembléia, Paixão circula há duas semanas em Brasília, atrás de "subsídios" para a Constituinte paulista. Se permanecerem as regras atuais, ele deve integrar a Mesa que presidirá os trabalhos constitucionais.

Depois de vários encontros com o 1º secretário do Congresso constituinte, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), Paixão volta a São Paulo levando na bagagem cópias de mais de vinte atos da Mesa, assinados pelo seu presidente, Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Esses atos dizem respeito à infra-estrutura de funcionamento do Congresso consti-

tuinte, o que inclui a requisição de funcionários para as diversas comissões. Segundo o deputado, em São Paulo poderão ser requisitados, além de funcionários públicos, profissionais que trabalhariam em comissões afetas às suas especialidades.

Outra providência que já está em andamento é a informatização necessária aos trabalhos constitucionais. Segundo Paixão, no início de dezembro a Assembléia assinou um convênio com a Prodesp (Processamento de Dados do Estado de São Paulo) para a implantação de um sistema na Constituinte paulista. "Já existem três terminais ligados ao banco de dados do Prodesp (Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal), que nos permitem acesso às informações sobre o que ocorre no Congresso em Brasília", disse ele.

O 1º secretário da Assembléia paulista quer também organizar uma equipe para produzir uma publicação nos moldes do "Jornal de Constituinte", que é distribuído pelo correio. Além do jornal, disse que será estudada a possibilidade de veicular boletins periódicos através de uma rede estadual de rádio e TV.

Recessos de manifestações de protesto nas galerias, os constituintes vão restringir a entrada no plenário do Congresso constituinte com regras severas. Além do policiamento externo com 80 homens da PM do Distrito Federal, 190 agentes de segurança cuidarão da "ordem interna". As providências visam evitar tumultos como o ocorrido na votação do novo regimento, quando um grupo de sindicalistas jogou dinheiro sob os parlamentares do Centrão.

"Aquele episódio lamentável serviu de advertência", disse o deputado Jorge Arbage (PMDB-PA), responsável pelo esquema de segurança do plenário. A partir daquele tumulto, os critérios para preenchimento dos 432 lugares nas galerias foram alterados. As lideranças partidárias perderam o privilégio de distribuição desses lugares. Agora, os constituintes, em rodízio, farão esse trabalho. "Não interessa a condição ideológica e política dos que ocuparem a galeria", afirmou Arbage, que acrescentou ser necessário apenas o controle rígido do número de presentes.

Durante o funcionamento do Congresso constituinte, nenhuma reunião poderá ser realizada nas dependências

as do prédio, excetuando-se apenas convenções partidárias e encontros de diretórios nacionais de partidos. "É uma precaução", disse Arbage. Ele questiona a "coincidência" de uma reunião dos sindicalistas no auditório Teotônio Vilela no mesmo dia que se votava o regimento.

Arbage disse ser necessário também restringir o número de entradas do prédio do Congresso. As 14 portas serão limitadas a cinco para facilitar o controle dos frequentadores. Quem quiser assistir os debates e votações só poderá fazê-lo com o porte de uma senha e tendo acesso por uma das rampas externas.

"Suspeita-se. Mas até agora não tivemos nenhuma prova", disse Arbage sobre parlamentares armados no plenário. Vários deles, como o deputado Amaral Netto (PDS-RJ), já admitiram que conhecem "muita gente" que "anda armada". Pelo regimento da Câmara dos Deputados, que se aplica em casos omissos do regimento do Congresso constituinte, nenhuma pessoa pode portar armas dentro do prédio.

Para controlar o acesso às galerias, um detector de metais foi instalado. Mas nenhum tipo de fiscalização é feito na entrada dos constituintes. Arbage acredita ser desnecessário qualquer inovação nessa área.

Protesto dá prisão ou multa nos EUA

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA

De Washington

O acesso dos norte-americanos às galerias do Senado e da Câmara dos Representantes é quase totalmente livre. Passes podem ser obtidos sem qualquer dificuldade no próprio Congresso. Mas as pessoas não podem se manifestar. O regimento interno dá aos presidentes das duas Casas o direito de mandar esvaziar as galerias em caso de desordem.

Desde 1967, a lei prevê pena de cinco anos de prisão e/ou US\$ 5 mil de multa a quem portar armas ou objetos perigosos no Congresso ou forçar sua entrada no plenário. Desordem nas galerias pode dar seis meses de prisão ou US\$ 500 de multa.

O incidente mais grave ocorreu em 1º de março de 1954. Nacionalistas

porto-riquenhos atiraram na galeria da Câmara contra cerca de 200 representantes. Houve cinco feridos.

Depois disso, foi sugerida a instalação de vidros à prova de balas. A proposta foi derrubada devido ao poder simbólico que o vidro teria como forma de separar os eleitores de seus representantes. Mas foram instaladas cem câmeras no prédio e detectores de metais nas entradas.

A segurança é feita por cerca de 1.300 homens que constituem o US Capitol Service. Na década de 60, seu número era três vezes menor. A explosão de uma bomba num banheiro do Senado na madrugada de 1º de março de 1971 convenceu os congressistas em aumentar a segurança.

O jornalista CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA está em Washington como bolsista do Woodrow Wilson Center e correspondente do Folha.

Britânicos não separam assistência e plenário

OSCAR PILAGALLO FILHO

De Londres

A segurança dos parlamentares britânicos foi um dos assuntos que dominou os debates no Parlamento de Westminster nos últimos meses. A preocupação aumentou há três semanas, quando, das galerias da Câmara dos Comuns, homossexuais vaiaram os deputados que votavam a favor de um projeto do governo que tornou ilegal o ensino do homossexualismo como algo normal.

Não há nada que separe as galerias, em que qualquer pessoa tem acesso, e o plenário, onde ficam os deputados. "Em uma ou duas ocasiões objetos foram atirados nos parlamentares", disse recentemente o presidente da Câmara, o conservador Bernard Weatherill.

Mas o que mais preocupa os parlamentares são os ataques terroristas. Para entrar nas galerias, as pessoas são submetidas a um detector de metais e a uma revista. A prática foi introduzida depois que, em 1979, o porta-voz conservador da Irlanda do Norte, Airey Neave, morreu na explosão do seu carro no estacionamento do Parlamento.

Não há como se entrar no Parlamento a não ser pelos acessos normais. Nas laterais e na entrada principal a segurança é rigorosa. Mas não é esse aspecto da segurança que mais preocupa os parlamentares. Os debates concentraram-se sobre o perigo que podem representar os próprios funcionários, que recebem um passe especial. Há três meses, foi suspenso o passe de Ronan Bennet, que em 1975, foi acusado pelo assassinato de um policial da Irlanda do Norte. Bennet trabalhava para o deputado trabalhista Jeremy Corbyn. O problema é determinar o limite a partir do qual o aumento da segurança se daria em detrimento das liberdades democráticas.

Parlamento revista os franceses na entrada

ROSELY FORGANES

De Paris

O caráter público das sessões do Parlamento na França é garantido pelo artigo 33 da Constituição. Elas são abertas a todos, na medida dos lugares disponíveis, que são de cerca de 250, tanto na Assembléia quanto no Senado. Toda pessoa que entra no Parlamento deve apresentar um documento de identidade e passar através de um detector de metais, um aparelho de ultrassom e em seguida submetidos a uma revista. Sacolas e pacotes são confiscados na entrega e restituídos na saída.

Na Assembléia, existem câmeras em todas as entradas e saídas. Não existem vidros separando o público dos parlamentares e nunca se cogitou da instalação de tal dispositivo.

Cada galeria é vigiada por um guarda, que retira as pessoas com comportamento considerado inconveniente. Os incidentes são considerados raros, geralmente manifestações de desaprovção ou tentativas de distribuição de panfletos. Atirar objetos nos deputados é ainda mais excepcional. Em princípio quem comete tais atos é passível de processo.

Nas duas Casas, a segurança é realizada pela polícia, no exterior do prédio, e pela guarda republicana e agentes da Casa, no interior. A Assembléia não informa o número de policiais e agentes por razões de segurança. No Senado, a quantidade de policiais no exterior varia de 20 — quando não há sessões — a 300, quando há manifestações nas imediações. Dentro do Senado a segurança é feita por 50 guardas republicanos e 50 agentes. O estacionamento é proibido nas imediações da Câmara e do Senado e a circulação de pedestres é regulada por barreiras móveis de metal, dispositivo reforçado com os atentados terroristas nos últimos dois anos.

Parlamentares chegam a cochilar no Japão

MITSUHIITO SAITO

De Tóquio

A segurança da Dieta ("Kokkai"), o Parlamento japonês, é feita por 476 guardas, sendo 270 para a Casa dos Representantes e 206 para a dos Conselheiros. Eles possuem poder policial dentro da Dieta. O interior do prédio é um lugar extremamente seguro para os parlamentares, tanto que é comum observá-los cochilando totalmente indefesos durante a sessão do plenário.

Os jornalistas e público não podem descer ao piso do plenário, e são obrigados a permanecerem na galeria. Na Casa dos Representantes, por exemplo, a galeria tem 722 assentos, podendo acolher até 1.500 pessoas incluindo os da "geral".

O público tem de passar por uma vistoria rigorosíssima antes de entrar a galeria. Tentar entrar com guarda-chuvas ou bengalas está fora de cogitação. O público tem que deixar praticamente tudo na entrada inclusive bolsa, maleta, chapéu, caneta, cigarro e isqueiro. Para os parlamentares, também é proibido entrar no plenário com bengalas exceto para os casos de extrema necessidade como no caso do ex-líder do Partido Socialista, Ichiroh Asukada, que era paralítico de uma perna.

Houve também um caso em que um jornalista fraturou uma perna, mas tinha necessidade de cobrir as sessões do Comitê de Orçamento Nacional. Apresentou um requerimento ao Departamento de Segurança da Dieta para obter permissão de entrar na galeria da imprensa com uma muleta. Demoraram tanto na resolução do caso, "por não ter tido nenhum precedente", que o jornalista passou a poder andar sem a ajuda de muleta antes de saber se o Departamento de Segurança iria ou não criar o primeiro exemplo de concessão.

Nova Zelândia adota discrição na vigilância

CASSIA ROCHA

Da Redação

O Parlamento na Nova Zelândia, um prédio em estilo neoclássico do final do século 19, fica no centro da capital, Wellington, cercado por um jardim de rosas e pōhutukauas (árvore nativa, que floresce na época do Natal), e pode ser visitado por qualquer cidadão enquanto houver sessão. Como em outros países, este é um direito adquirido.

Não há dispositivos de segurança especiais. A entrada e corredores do prédio são discretamente guardadas por policiais civis desarmados, como manda a tradição. A autoridade da polícia termina nas entradas do plenário e galerias. Lá, quem atua é a segurança especial contratada, paga e comandada pelo Legislativo, subordinada ao "speaker" (presidente do Parlamento, que lá usa toga e peruca). São cerca de cem parlamentares, inclusive os ministros e o primeiro-ministro. Nas galerias, há cerca de trezentos lugares.

Para entrar, depois de atravessar austeros saguões de mármore e subir ao primeiro andar, o visitante deixa obrigatoriamente com um porteiro objetos como casaco, bolsa ou pasta e outros. É proibido fumar, conversar em voz alta e debruçar-se sobre a balastrada. Violado o regulamento, vem uma primeira advertência que pode se transformar em expulsão. A segurança do Parlamento tem autonomia para decidir quem expulsar. Fora isso, se houver tumulto nas galerias, o "speaker" pode determinar a retirada do público.

O público, porém, em geral comporta-se melhor do que os próprios parlamentares, em geral nada austeros. Faz parte da tradição o jogo ostensivo de jornais abertos, proclamações e comentários irreverentes durante os discursos dos adversários, quando não um sonoro cochilo.